



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

SERVIÇO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL ORIENTAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO, PÓS- GRADUAÇÃO E ASSISTENTES SOCIAIS

ANA MARIA DE VASCONCELOS ¹
AMANDA VITÓRIA ENNÉAS LOPES DA SILVA ²
LARISSA TAVARES LIRA ²
NATASHA CRISTINA RUFINO BOMFIM FERNANDES ²
CLARISSE DA COSTA DUARTE ²

RESUMO: Com base em manifestações de graduandos e pós-graduandos em Serviço Social de uma universidade pública referenciada pelo projeto de formação da ABEPSS e de assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social, sobre Serviço Social e o projeto profissional, evidenciamos uma preocupante semelhança e sintonia, com relação as referências ético-políticas indicadas e um distanciamento das concepções presentes no projeto do Serviço Social, independentemente do tempo em que os dados foram colhidos e de se tratar de um estudante de graduação, pós-graduação ou de um assistente social em atividade.

PALAVRAS CHAVES: Serviço Social; Formação profissional; Formação permanente; Projeto Ético-Político; Emancipação humana.

ABSTRACT: Based on postgraduate and postgraduate manifestations in Social Work at a university by the ABEPSS training project and reference of assistants inserted in the Social Assistance policy, on Social Work and the professional project, graduating as social evidence a similarity and public conformity, with the ethical-political references mentioned and a distance from

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Estudante de Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

those present in the Social Service project, regardless of the time they were received and whether it is a law student, graduate student or a social worker in act.

KEY WORDS: Social service; Professional qualification; Ongoing training; Ethical-Political Project; Human emancipation.

INTRODUÇÃO

Em tempos de pandemia e de capitalismo pandêmico, nunca nos esqueçamos dos quase 700 mil brasileiros que foram atingidos por uma morte evitável, entre 2020 e 2022, de suas famílias e dos historicamente deserdados da riqueza socialmente produzida, concentrada no Estado capitalista. O capitalismo, fonte do sofrimento a que a humanidade está submetida, não vai cair de podre. Um sistema que necessita se expandir mundialmente, abarcando tudo, só vai agir com toda a sua intensidade devastadora, quando colocado diante de seus limites estruturais, o que não parece estar tão próximo (MÉSZÁROS, 2003; 2015). Na luta anticapitalista crítica, nos juntamos àqueles que buscam estratégias para nos contrapormos coletivamente ao crescente poder do capital em seu terreno.

Considerando esse solo de atuação da humanidade e dos assistentes sociais, como temos afirmado na divulgação de achados de nossa investigação³, apesar do amadurecimento da profissão, a categoria dos assistentes sociais ainda não se apropriou, na medida do necessário à materialização do projeto ético político do Serviço Social, dos seus parâmetros legais como a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética do assistente social (CE) e, também, como mostram estudos realizados pela ABEPSS, das Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria⁴.

3 Compomos um núcleo de pesquisa de uma universidade pública que tem como objeto de estudo a prática do assistente social em diferentes áreas de atuação, a partir de pesquisa empírica, junto a assistentes sociais e estudantes, e estudo da produção e conhecimento da área de Serviço Social.

4Ver, dentre outros números da revista *Temporalis*, “As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social” : v. 20 n. 40 (2020); 20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS; v. 17 n. 33 (2017). Disponíveis em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive> Consulta em agosto de 2022.

Diante disso, se as condições de trabalho têm impactado a situação da classe trabalhadora em geral e, conseqüentemente, dos trabalhadores das diferentes políticas sociais públicas e privadas, como é próprio da sociedade capitalista, a necessária formação graduada e permanente e a produção de conhecimento da área de Serviço Social têm pouco contribuído para o enfrentamento dos desafios colocados aos assistentes sociais pela ordem do capital (VASCONCELOS & BALTAR, 2020).

Sem a escolha consciente da direção ético-política e teórico-metodológica do projeto profissional e a conseqüente, ainda que não mecânica, compreensão/incorporação das prerrogativas que a Lei 8662 nos assegura, podemos, na maioria das vezes involuntariamente, estar contribuindo para potencializar as adversidades e contradições presentes no cotidiano profissional, próprias da sociedade capitalista.

Em consideração a isso, analisamos manifestações de assistentes sociais e estudantes de graduação e pós-graduação, sobre os motivos da escolha da profissão e sobre os princípios que orientam sua atuação profissional, tendo em vista apreender concepções de assistentes sociais e futuros assistentes sociais sobre o projeto profissional. As manifestações foram colhidas através de entrevistas em profundidade junto a assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social de um grande centro urbano e de alunos de graduação e pós-graduação de uma universidade pública, que tem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como referência de seu Currículo Pleno, através de questionário de 21 a 30 variáveis. Foram observados os princípios éticos, no que se refere à pesquisa com seres humanos.

Os dados referentes aos assistentes sociais foram colhidos a partir de 2010. Quanto aos estudantes, o estudo teve início de forma sistemática em meados da década de 1990, junto a estudantes da graduação que respondem a um questionário no início de uma disciplina ministrada no mesmo semestre em que estão aptos a iniciar a Disciplina de Estágio Curricular Obrigatório. Quanto aos alunos de pós-graduação, os questionários foram respondidos em disciplinas ministradas pelo coordenador da pesquisa em disciplinas de cursos de especialização, mestrado e

doutorado, em diferentes anos.

Para este trabalho, consideramos os questionários respondidos por 104 estudantes de graduação (4 turmas de 2012 e 2013), 52 estudantes de pós-graduação (em disciplinas ministradas nos anos de 2010; 2013; 2015; 2021) e as respostas de 25 assistentes sociais colhidas através de entrevistas em profundidade (em média 233 variáveis) realizadas em equipamentos da política de Assistência Social/RJ, entre 2010-2015. O fato da coleta de dados ter se dado em anos diferenciados não nos parece relevante, na medida em que nosso objetivo não é retratar a realidade tal como se apresenta em determinado momento histórico, mas mostrar o que as manifestações de estudantes e assistentes sociais revelam de comum e constante com relação ao Serviço Social, ao projeto profissional e aos trabalhadores/usuários, independentemente do nível de formação e dos anos em que a formação dos estudantes se deu e do perfil dos assistentes sociais entrevistados.

1. Projeto do Serviço Social e referências ético-políticas

Na direção do projeto do Serviço Social brasileiro, a crítica dos direitos de cidadania tem de ser a crítica da sociedade que produz a necessidade de luta pelos direitos; luta que está assentada na questão social - desigualdade produzida pela exploração do homem pelo homem, através da compra e venda da força de trabalho assalariada. A necessidade de sobreviver para lutar em busca da emancipação humana no contexto da sociedade capitalista exige acesso a bens e serviços para preservar a vida, movimento que pode, ao exigir mobilização, organização, formação, favorecer a pressão pela ampliação e universalização dos direitos, mesmo no contexto do capital, o que nos coloca *na perspectiva do direito, mas não na perspectiva de acesso aos direitos como limite, como finalidade*.

Assim, ainda que tenhamos de atuar na direção da garantia dos direitos, tendo em vista condições de sobrevivência da classe trabalhadora, a finalidade última da atuação do assistente social na perspectiva do projeto profissional é a *emancipação humana*. E quem afirma a emancipação humana como limite do projeto profissional é o Código de Ética do assistente social (CE) que, com seus onze princípios - considerados como totalidade, nas suas relações e conexões

necessárias -, dá a direção social da formação, da prática profissional e da organização política dos assistentes sociais (Conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS, ENESSO). Dá a direção ainda de *uma certa produção de conhecimento* da área de Serviço Social, necessária ao projeto, que *não* vem sendo gestada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, capturadas que estão pelo pensamento pós-moderno. Uma produção de conhecimento que vem garantindo não só a construção do projeto, mas sua consolidação na história do Brasil e alhures, constituindo uma área de conhecimento de cariz teórico-metodológico crítico ao estabelecer uma interlocução fecunda com intelectuais de áreas afins não capturados pelo pensamento pós-moderno, mas não enfrentando suficientemente as temáticas relativas à materialização do projeto profissional junto aos trabalhadores/usuários (VASCONCELOS & BALTAR, 2020).

Ainda assim, não podemos cair na armadilha de achar que não se deve lutar pelos direitos que são assegurados pela democracia burguesa. Se não podemos esquecer que os EUA destruíram o Iraque, o Afeganistão, a Síria e tantos outros povos, em nome da democracia, mesmo assim, temos de defendê-la sempre, porque sem ela nem lutar podemos! Que os tempos de ditadura nos lembrem sempre. A questão é não colocar os “direitos de cidadania” como limite da luta social e, conseqüentemente, do projeto profissional e da atuação do assistente social. Essa perspectiva exige mover-se na direção de ampliação e radicalização dos direitos civis, políticos e sociais, ainda assegurados na Constituição de 1988, cientes de que, no sistema do capital, existe uma incompatibilidade/contradição de fundo entre a garantia plena dos direitos sociais, civis e políticos da classe trabalhadora e os interesses privados de acumulação. Cientes ainda de que, no Brasil, a tão propalada “exclusão da população do estatuto pleno da cidadania” – que nos chama a *eliminar miséria e diminuir pobreza*, mas não as erradicar, é uma consequência necessária de uma associação subordinada aos países mais desenvolvidos, agravada ainda mais pelo chamado processo de globalização econômica desigual e combinado, em curso.

Como profissionais que optamos pelo projeto profissional, estamos como qualquer profissional colocados no lugar da autoridade, mas não daquela autoridade

que tem por encargo fazer respeitar e/ou aplicar a lei (para uns casos ignorar ou fazer cumprir rigorosamente a lei; para outros casos, interpretar a lei, a depender do patrimônio do julgado do valor recebido), como representante do poder público em nome do capital; não o lugar daquela autoridade que planeja o impossível cumprimento dos requisitos e das condicionalidades das políticas, o cumprimento das medidas corretivas. Nós, assistentes sociais, assim como outros profissionais, estamos no lugar da autoridade⁵ que, tendo por encargo executar a política social – pública ou privada - planejada pela burguesia/Estado capitalista, vamos operá-la em diferentes direções, a depender de nossas escolhas ético-políticas e teórico-metodológicas, escolhas condicionadas pelo assalariamento e pelas condições de trabalho. Neste complexo e contraditório contexto, é que operamos as políticas sociais naquilo que elas mais favorecem aos interesses da burguesia/capital, como somos historicamente requisitados a fazer – afinal, historicamente o assistente social é chamado para que situações conflituosas não resultem em conflitos de fato, mas em conciliação, consentimento, acordo, “consenso” entre desiguais (VASCONCELOS, 2015, p. 367-368) -, ou, pela mesma ação, temos alternativas de operar a política na perspectiva do projeto profissional – servindo mais ao trabalho que ao capital -, quando sua execução exige ser (re)pensada, ou seja, estruturada em planejamento e avaliação das consequências. Aqui, uma execução da política social operada através de estratégias e ações voltadas para a estruturação de condições de ampliação e universalização permanente dos direitos, o que pode estruturar condições de darmos a pequena contribuição dos assistentes sociais **“ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”** (Código de Ética do assistente social, 2012).

É ao operarmos numa situação histórica específica, quando precisamos dar respostas às requisições institucionais e às demandas pontuais, emergentes e históricas dos usuários, que, ao mesmo tempo, imprimimos nossa marca ao contribuir na preparação de momentos de ruptura, com a possibilidade, no momento me parecendo remota, de participar de algum desses momentos” (VASCONCELOS, 2015, p. 55).

Pela impossibilidade — e conseqüente desinteresse — de a burguesia liderar uma revolução burguesa plena, a luta por esse espaço da democracia e da

5 Uma autoridade conferida pelo diploma de nível superior que legitima o lugar que ocupamos junto aos segmentos da classe trabalhadora, como representantes do Estado capitalista/burguesia.

cidadania assume uma importância especial para as classes trabalhadoras, pelo seu caráter, em princípio, anticapitalista e, pois, revolucionário. *Paradoxalmente, conquistas que integrariam o patamar da sociabilidade burguesa tornaram-se, no Brasil, um instrumento de luta pela superação da ordem burguesa.* Mas os capitalistas também sabem disto e não é por acaso que dão tanto destaque à questão da “cidadania”. Cidadania entendida como a prática dos direitos e deveres do “cidadão” em um Estado; direitos e deveres que devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão, em cumprimento à noção de liberdade (individual) burguesa, muito diferente da concepção de liberdade assumida pelos assistentes sociais no Código de Ética (2012), como veremos.

Assim, a classe capitalista – nos seus segmentos econômico e financeiros - necessita e é esperta e poderosa o suficiente para cooptar todas as lutas sociais a seu favor, o que exige a interdição de conquistas constitucionais. A socialização da participação política vai muito além da democracia representativa e a nossa Constituição mostra isso ao garantir não só Plebiscito e Referendum, mas o controle social que envolve Conferências, Conselhos de Política e de direitos, nas suas diferentes instâncias, na seguridade social. Não sem razão, são criados todos os constrangimentos possíveis para a não efetivação da “participação cidadã” como assegurado na Constituição de 1988. Assim, poderosos dispositivos e instrumentos perdem sua força e sentido democrático-emancipatório quando ignorados e inexplorados pelas massas trabalhadoras e que, na perceptiva do projeto do Serviço Social brasileiro, se põem como instrumentos e dispositivos a serem, não somente democratizados, mas explorados, experimentados pelos assistentes sociais no contato com os trabalhadores usuários, o que, como mostram nossas investigações não vem ocorrendo.

2- Assistentes sociais e estudantes de graduação e pós-graduação: princípios orientadores do ser, pensar e agir.

Na direção da cumulativa ampliação, radicalização e universalização dos direitos, o acesso e a “luta pelos direitos”, para além das garantias de condições de vida para lutar, é uma fruição/luta que pode articular forças para estruturar momentos de ruptura; momentos que impondo limites concretos ao capital,

estruturem as condições necessárias à superação do capitalismo e do capital. Participar orgânica e substantivamente desse processo, como profissionais e indivíduos sociais, vai muito além de petição de princípios. Exige reconhecer a complexidade de um processo, permanente enquanto persistir o sistema do capital, que requer prática orientada teoricamente – ou seja, prática pensada, planejada e avaliada nas suas consequências (VASCONCELOS, 2015, cap.3) -, condicionada a uma determinada referência teórico-metodológica requerida pelos princípios, valores e finalidades crítico-emancipatórios que confrontam aquilo que o capitalismo fez e vem fazendo de nós, com a imposição de formas de ser, pensar e agir capitalistas.

Ter uma prática mediada pelo projeto do Serviço Social brasileiro é parte e expressão de um processo permanente que exige, nas suas relações e conexões, a análise crítica dos princípios e finalidades que orientam nossa forma de ser, pensar e agir, no capitalismo. Assim, reconsiderando aquilo que o capitalismo fez e vem fazendo de nós, de forma instruída e esclarecida, referenciados em Marx e no marxismo, onde podemos identificar o único conhecimento que se propõe a apreender a verdade sobre o ser social em todos os seus aspectos, construímos condições de, voluntária, coerente e informada, podermos “tomar partido” em uma sociedade de classes, ao optar “por um projeto profissional vinculado **ao processo de construção de uma nova ordem societária**, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CE). Nessa direção, podemos encontrar referências éticas e teóricas para construção permanente de condições de exercer a profissão de Serviço Social de forma crítica, criativa e propositiva, tendo como finalidade última a orientar nossas estratégias e ações a superação da organização social mais bárbara que a humanidade já construiu.

Em suma, é no doloroso, complexo e exigente processo de nos definirmos pela superação da direção social capitalista, que contamos com possibilidades de dar início e continuidade ao processo que envolve redefinição/superação de princípios e finalidades dominantes e identificação/consolidação de princípios e finalidade emancipatórios. Processo que, reorientando formas de ser-pensar-agir capitalistas, conseqüentemente, reorientam a direção social da formação e da atividade profissional. É diante disso que, na investigação, ouvimos de estudantes/assistentes sociais que a formação em Serviço Social “mexeu com toda a minha vida”.

O projeto do Serviço Social brasileiro, disponibiliza bases ético-políticas e teórico-metodológicas acessadas a partir da formação acadêmico-profissional, com

o objetivo de mobilizar, provocar, estimular e instruir os assistentes sociais a dar materialidade ao compromisso com a classe trabalhadora, sujeitos da transformação social; compromisso que exige, antes de tudo, segurança dos princípios que exigem uma determinada referência teórico-metodológica baseada em Marx e no marxismo. Isso porque “a tradição revolucionária de Marx concretiza [...] a autoconsciência do ser social nos marcos do capitalismo, vale dizer, o máximo grau de conhecimento teórico possível do ser social sobre si mesmo na sociedade burguesa”, como afirma Netto (1989, p. 92). Ou seja, estamos diante de escolhas que nos impõe a pergunta: estamos diante de um compromisso entendido como fé, como devoção para com os “vulneráveis”, os em “risco social”, ou estamos diante de um compromisso entendido como uma contribuição, ainda que modesta, a se realizar e que, diante das exigências, riscos, perdas, danos, exige que eu decida “até onde estamos dispostos a ir”?

Dentre tantas outras complexas questões, conhecer o Código de Ética e ou/citar alguns de seus princípios fundamentais não significa ter, conscientemente, o projeto do Serviço Social como referência, ainda que no interior da categoria, ainda de forma majoritária, exista uma vocalização neste sentido. Quando é vivido como uma obrigação, como um costume, e não como escolha consciente e como finalidade e objetivos a serem alcançados, o projeto do Serviço Social perde sua finalidade emancipadora e sua razão de ser: fundamentar as condições necessárias à iluminação das consciências na busca individual/coletiva de construir/realizar os caminhos da emancipação humana.

Diante disso, torna-se relevante observar como vêm se manifestando, historicamente, futuros profissionais e assistentes sociais (em atividade e em pós-graduação), com relação à profissão e ao projeto profissional. Na busca de entender o processo de se tornar um assistente social, o que, independentemente da direção social escolhida vai impactar a forma de ser, pensar e agir, é que solicitamos aos estudantes de graduação (aptos a cursar a disciplina de Estágio), de pós-graduação (especialização, residência, mestrado, doutorado) e assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social, a descrever os motivos da escolha pelo Serviço Social, quando nos deparamos com os seguintes dados.

Tabela 1 - Graduação e pós-graduação públicas em Serviço Social e assistentes sociais/ Política de Assistência Social. Anos 2000. Motivos da escolha do curso de Serviço Social*

Curso Serviço Social – motivos da escolha	Graduação 2012/2013 % N°	Pós-graduação 2010/2013/ 2015/2021 % N°	Assistentes Sociais 2010-2016 % N°
Identificação com a profissão/área /Ciências Humanas e Sociais	56% 58	42% 22	40% 10
Procura por visão crítica da realidade social e/ou de garantia/luta pelos direitos sociais	14% 15	13% 7	12% 3
Ajudar o próximo /visão tradicional da profissão	9% 9	21% 11	- -
Dificuldade de acesso à 1ª opção de curso superior	7% 7	2% 1	12% 3
Facilidade de acesso à universidade pública/ ao mercado de trabalho	3% 3	12% 6	8% 2
Influência de terceiros	2% 2	10% 5	28% 7
Não respondeu/resposta sem conteúdo	10% 10	0% 0	- -
Total estudantes / assistentes sociais	100% 104	100% 52	100% 25

Fonte: Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social. Universidade pública/2022.

* A apresentação dos dados em porcentagem objetiva apenas facilitar a compreensão por parte do leitor, sem expectativas de generalizações no âmbito da categoria, o que requer considerar o universo dos assistentes sociais no país, ampliando a investigação.

Assim como os estudantes de graduação e pós, sobre a escolha da profissão, os assistentes sociais sinalizam uma identificação genérica com a profissão e/ou com áreas afins. No caso dos estudantes, ao somarmos essa escolha aos que assumem uma opção pautada na ajuda ao próximo/visão tradicional da profissional (que na pós é maior do que na graduação e ausente nos assistentes sociais), nos remete a duas questões: 1 – Qual a concepção de Serviço Social está presente nessas afirmações, considerando concepções de Serviço Social presentes na sociedade brasileira que, ora identifica o assistente social como a pessoa boazinha que *ajuda as pessoas*, ora *identifica Serviço Social com a política de Assistência Social*? 2- Qual a concepção de Ciências Humanas e Sociais assumida, diante da captura dessas áreas pelo pensamento pós-moderno?

Em seguida, temos motivos que se relacionam a dificuldades de acesso à universidade pública ou de acesso ao curso de 1ª opção, o que leva o futuro profissional a escolher um curso pouco exigente para a entrada na universidade, na expectativa que ele, também, seja pouco exigente para sua concretização, o que deixa o estudante sem noção dos desafios que vai enfrentar, principalmente, em se tratando de uma universidade pública, ainda que com todas suas contradições. Essas escolhas revelam que, para além de outros complicadores, uma parte dos futuros assistentes sociais optam por uma profissão por motivos que pouco ou nada se aproximam daquilo que é requisitado do assistente social que elege o projeto profissional como referência. Um contexto em que poucos estudantes e assistentes sociais aspiram, desde o princípio de sua formação, alcançar uma “visão crítica da realidade social” e/ou atuar na “garantia/luta pelos direitos sociais”, quando se destacam dois assistentes sociais que manifestam seu “interesse em trabalhar com políticas públicas” e uma profissional que manifesta a escolha da profissão por sua “identificação com Movimentos Sociais”.

Considerando os achados de nossa investigação, observa-se que estudantes e profissionais revelam a proximidade de suas posições com as concepções dominantes na sociedade, tanto no que se refere ao Serviço Social, como às Ciências Sociais e Humanas, o que está presente nas razões sobre mudança ou não de opinião sobre a escolha da profissão. Lembremos que os graduandos estão aptos a iniciar seu contato com os trabalhadores/ usuários através do Estágio, os pós-graduandos encontram-se inseridos no mercado de trabalho, inclusive na docência e os assistentes sociais atuando em uma política pública. Em um primeiro momento, dos graduandos, 32% mudaram de opinião e 55% não; dos pós-graduandos, 52% mudaram de opinião e 40% não; dos assistentes sociais 36% mudaram de opinião e 64% não; os demais não responderam.

Mas as respostas revelam uma discrepância entre os pós-graduandos com os dados anteriores porque quase todos revelaram motivos que revelam mudança de opinião. Assim, 27% dos estudantes de graduação e 71% dos de pós-graduação afirmam que mudaram a visão sobre o Serviço Social e o trabalho do assistente social, passando a ter uma visão mais crítica da profissão. Os demais se dividiram

entre aqueles que não responderam (12%) de cada nível, 4% dos graduandos que mostram sua decepção com a profissão diante de seus limites e dos limites do mercado de trabalho. Entre os que buscam acesso à universidade, 3% de graduandos e 8% da pós afirmam que passaram a se identificar com a profissão. Quanto aos assistentes sociais, temos 2, dos 25 entrevistados, que não responderam a questão; 5 (20%) assistentes sociais que reafirmam não estarem contentes com a profissão escolhida porque ou fariam outro curso ou lamentam não estar na profissão que escolheram como 1ª opção; 12 (48%) assistentes sociais que reafirmam sua escolha por já conhecerem a profissão, por terem sua escolha reafirmada durante o curso e/ou por certificarem-se de que através do Serviço Social podem “fazer a diferença na vida dos usuários”; 3 (12%) assistentes sociais manifestaram sua identificação com a direção social do curso e 3 (12%) manifestam suas preocupações com relação à remuneração e às “dificuldades da profissão no cotidiano.

Esses dados mostram que se por um lado os pós-graduandos mostram que em sua maioria (71%) mudaram a visão sobre o Serviço Social e o trabalho do assistente social, passando a ter uma visão mais crítica da profissão, os graduandos, assim como os assistentes sociais em atividade junto aos trabalhadores/usuários, mostram-se bastante divididos entre decepções com a profissão e reafirmação de suas escolhas, o que pode denotar tanto decepção como identificação com a profissão; destacam-se, entre os assistentes sociais que se referem a influência de terceiros, aqueles que sinalizam influência religiosa.

Em se tratando de um curso superior, diante dos dados disponibilizados até aqui, do período e estágio em que se encontram os estudantes analisados e dos assistentes sociais em atividade, torna-se relevante observar como atuais e futuros profissionais se manifestam sobre o que define a direção ético-política do projeto profissional: os princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social. Isso porque são os princípios que definem nossa visão de mundo, definem o ponto de vista de análise e de atuação, considerando que a totalidade dos pós-graduandos, 88% dos graduandos e 68% dos assistentes sociais afirmam ter o projeto do Serviço Social como referência.

Tabela 2. - Graduação e pós-graduação públicas em Serviço Social e assistentes sociais/Política de Assistência Social. Anos 2000 - Princípios e Valores elencados como referência para a profissão

Princípios e valores	Graduação 2012/2013 % N°	Pós-Graduação 2010/2013 /2015/2021 % N	Assistentes Sociais 2010-2016 % N
Noções do senso comum	30% 31	8% 4	28% 7
Noções do senso comum, bem como princípios fragmentados do Código de ética	22% 23	4% 2	16% 4
Princípios fragmentados do código de ética/Projeto Ético-Político	17% 18	65% 34	28% 7
Referências abstratas ao código de ética	22% 23	19% 10	24% 6
Não respondeu/resposta sem conteúdo	9% 9	4% 2	- -
Total Estudantes e assistentes sociais	100% 104	100% 52	100% 25

Fonte: Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social. Universidade pública/2022.

Diante dos princípios que indicaram, observamos, em primeiro lugar, como assistentes sociais e estudantes apreendem os 11 princípios do Código de Ética do assistente social (2012) e como se apresentam diante daqueles princípios adquiridos no processo de socialização na sociedade capitalista, baseada na repetição, na aceitação involuntária, o que significa, não estar “errado”, mas se pôr de forma acrítica diante daquilo que orienta o modo de ser, pensar e agir. Assim, temos de início, dois destaques: 1- a indicação fragmentada dos princípios do CE por 17% de graduandos, 65% de pós-graduandos e 28% de assistentes sociais e, 2- uma referência abstrata ao CE e seus princípios por 22% de graduandos, 19% de pós-graduandos e 24% de assistentes sociais. É relevante também assinalar que, enquanto somente 8% dos estudantes de pós-graduação ainda fazem referência somente a princípios próprios do seu processo de socialização, são 30% os estudantes de graduação e 28% dos assistentes sociais que ainda tomam como referência somente princípios próprios do senso comum, baseados na opinião, ou seja, do que é dominante na organização social vigente e admitido no cotidiano da

vida no capitalismo, conhecimento que adquirimos ao observar, vivenciar e experimentar o mundo. Como consequência da frequência na universidade, observamos que, sem condições, ainda, de uma crítica substantiva da sociedade em que vivem, são 22% de graduandos, 4% de pós-graduandos e 16% de assistentes sociais que, sem considerar as contradições presentes entre eles, consideram compatíveis alguns princípios do Código de Ética e noções e valores próprios do senso comum. Isso revela que a formação permanente formal, em cursos de especialização, mestrado, doutorado em Serviço Social, pode estar possibilitando ao assistente social se colocar de forma mais crítica diante daquilo que o capitalismo fez e faz dele, na medida em que, dentre os assistentes sociais, observamos, na investigação que realizamos, que grande parte dos cursos de pós-graduação são realizados em áreas afins e não no Serviço Social.

A escolha, por assistentes sociais e estudantes, de alguns princípios em detrimento de outros, entre os 11 definidos no Código de Ética do assistente social (2012), revela uma concepção pautada na afirmativa de que a sociedade não se explica mais pelo vínculo de classe, mas pela identidade dos sujeitos, na medida em que se observa a indicação de princípios relacionados às opressões e discriminações. Assim, torna-se uma escolha que situa esses assistentes sociais em uma concepção de projeto profissional que, como Vasconcelos (2019), denominamos anticapitalista, reformista conservadora. Uma concepção que, ao colocar como limite a reforma, a humanização do capitalismo, põe os assistentes sociais como “parceiros” da classe econômica, financeira e politicamente dominante, a qual necessita, é esperta e poderosa o suficiente para cooptar todas as lutas sociais a seu favor, o que vem fazendo com maestria. Um estado de coisas que podemos observar, por exemplo, quando, em 2018, a mídia oficial garante manchetes em defesa da Escola Sem Partido, em defesa do “combate à corrupção”, aqui impedindo que se revele o fato de que a corrupção é própria e parte do capitalismo. Esse processo vem distraindo as maiorias das decisões urgentes relativas à sobrevivência da humanidade e da natureza e deixando na sombra decisões econômicas, financeiras e políticas que afetam a humanidade inteira, mas, especialmente, afeta os trabalhadores e trabalhadoras. Em 2021, como resultado

dos dois últimos governos (Temer/Bolsonaro), após o golpe de 2016, impetrado contra um governo eleito legitimamente, o Brasil já contabilizava 33,1 milhões de brasileiros atingidos pela fome, sendo que quase 100 milhões não têm certeza de que conseguirão fazer as três refeições todos os dias⁶. Os dois desastrosos governos jogaram o país em uma grave crise econômica, desmontaram o aparelho estatal e as políticas sociais, reduziram os salários através da Reforma Trabalhista e da Previdência, dentre tantas outras investidas contra a classe trabalhadora.

Ora, na direção de um projeto de profissão que realmente se constitua como anticapitalista crítico (Vasconcelos, 2019 e 2015 – especialmente Preludio e Cap.1), cada um dos princípios do CE do assistente social nos remete sempre a todos os outros. São princípios que, numa perspectiva de totalidade, só podem ser apreendidos como unidade, onde cada princípio, sem as relações e conexões necessárias com os demais, perde todo seu caráter e sentido emancipatórios (VASCONCELOS, 2015, especialmente, item 1.4, pp. 169-276).

Diante disso, para os assistentes sociais brasileiros e para aqueles do mundo capitalista que o escolhem como referência, defender o projeto profissional é muito mais que defender um Serviço Social que assume compromisso com a classe trabalhadora. É defender um projeto de sociedade que coloca os indivíduos sociais no centro e não a mercadoria; é atuar na direção da superação do sistema do capital, rumo à emancipação humana. Para onde olhamos, podemos observar o lastro de destruição da democracia burguesa que já conhecemos e que, agora, se coloca sem véus, aos olhos de todo o mundo, sem pudor: ela não só convive, mas necessita da intolerância e discriminações de toda ordem, do racismo, do preconceito; necessita da educação para uma minoria privilegiada e da educação instrumental, técnica, para as maiorias; necessita da educação para a competição e não para a cooperação e para a solidariedade. Para uma minoria, resta o direito de ser eleito e, para o “resto”, o direito de votar; para o 1%, garante-se a concentração da riqueza socialmente produzida, da propriedade e do poder político e o “direito” de exploração da força de trabalho, e para os 99% restantes, impõe-se a exploração, a

6 Ver: Fome avança no Brasil. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> ; Consulta: junho de 2022.

pobreza, a miséria, o controle, a dominação, a manipulação, discriminações e opressões de toda ordem.

Essas constatações nos remetem a destacar que, tanto entre os estudantes, principalmente os de graduação, assim como entre os assistentes sociais, quando solicitados a se manifestar quanto aos princípios que orientam sua profissão, referem-se a “respeito”. Uma noção que não fica claro se condizente com um sentimento de reverência ou cortesia para com os trabalhadores/usuários; a um sentimento de apreço ou consideração ou a um sentimento de aceitação daquilo que o trabalhador usuário manifesta e/ou vive. Ao analisarmos outras variáveis da pesquisa, identificamos o sentimento de respeito relacionado à aceitação dos usuários como se apresentam e são. Aqui cabe a questão do papel que temos a desempenhar diante de contradições e desinformações presentes nas manifestações dos usuários, em entrevistas e reuniões, por exemplo. Nos colocamos neutros, como parece indicar estudantes e profissionais, ou trazemos essas contradições à consideração crítica, colocando-as em debate, como sinaliza Vasconcelos (1997). Como parte da nossa investigação, em pesquisa realizada nos Hospitais Universitários, quando solicitados a se manifestar sobre os princípios que orientam sua atividade profissional, o sentimento de respeito também foi uma das manifestações mais presentes entre todas as categorias dos profissionais de saúde – inclusive assistentes sociais -, o que, como era de se esperar na sociedade do capital, mostra que essa questão não é própria dos assistentes sociais.

Outra questão que se destaca é a imprecisão, incerteza, ambiguidade e/ou dubiedade, presente nas respostas dos assistentes sociais e estudantes com relação a sentimento, princípios, direitos, deveres e responsabilidades profissionais, expressas nos princípios nominados. Assim, dentre os princípios elencados de forma fragmentada, observamos – através de pesquisa - que, não somente nos depoimentos de assistentes sociais e estudantes, mas em artigos, trabalhos para eventos científicos, livros, teses, dissertações, monografias, TCC, identificamos que os princípios do CE são manifestados como: defesa da justiça social e acesso a bens e serviços; defesa da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos; defesa da qualidade dos serviços; defesa do respeito ao ser humano e

não discriminação, por questões de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física (uma das indicações mais encontrados na literatura da área); sigilo; democratização de informações; liberdade. Apartada das demandas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais –, como consta do CE do assistente social, a defesa da liberdade pode ser e é entendida como o direito de fazer o que a lei burguesa permite, quando o burguês pode manifestar o “respeito” à liberdade individual, ou seja, a liberdade para si, na medida em que, como classe dominante, detém a propriedade dos meios essenciais de produção, a riqueza socialmente produzida, o poder político e o “direito” legal de explorar a força de trabalho, o que, conseqüentemente, exclui e interdita a liberdade para todos, a ser permanentemente construída por todos.

Neste contexto é preciso salientar que na fragmentação dos princípios do CE são deixados de lado, por estudantes e assistentes sociais, dois princípios que sustentam a direção emancipadora do projeto do Serviço Social brasileiro, que são o primeiro e o oitavo princípio do CE do assistente social:

Reconhecimento da Liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

A ideia substantiva de sociedade que o projeto do Serviço Social defende está presente nesses princípios do CE do assistente social. A liberdade é o valor maior do projeto social de Marx, a igualdade se pondo como meio para a realização da liberdade, para a constituição de indivíduos livres. Nesta direção, estaremos construindo condições de caminhar na construção permanente de uma sociedade “onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”, como referem Marx e Engels. Do mesmo modo, ao nos referimos à democracia, cidadania, direitos sociais de forma isolada, como são manifestados por estudantes e profissionais, esvaziamos os princípios de sua direção emancipatória, como podemos observar nos princípios como constam no CE (2012), sempre considerados em articulação com os dois citados acima:

- Defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- Defesa e aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Tomada como palavra isolada, perdemos, por exemplo, o sentido da democracia presente no Código de Ética, que confronta a noção capitalista de democracia centrada no direito de votar em cada eleição, assim como deixamos de apreender as relações e conexões necessárias entre cada um dos onze princípios, tendo em vista, quando apreendidos como totalidade orgânica, revelar seu caráter anticapitalista crítico emancipatório.

Sem condições do aprofundamento necessário em um trabalho dessa natureza, ressaltamos que a relevância desses dados não está na manifestação de assistentes sociais e estudantes consideradas em si mesmas, mas no que elas revelam quando cotejadas com o que pode ser observado na literatura – artigos de coletâneas, revistas, teses, dissertações, livros e manifestações de grupos e movimentos que se põem como representantes da categoria dos assistentes sociais-, mas, antes de tudo, quando cotejadas com manifestações presentes nas redes sociais, onde proliferam vídeos, conferências, cursos e grupos que contestam a direção social do projeto do Serviço Social brasileiro; uma contestação conservadora, quando não reacionária. Por exemplo, a diretoria de um CRESS de determinada região do país recebe uma ameaçadora ligação telefônica reclamando que o CFESS passe a ter como direção social, “Deus, Pátria e Família”; um lema nazista/integralista.

Cientes da proporcionalidade de nossos dados, que não possibilitam generalizações – o que exige ampliação da investigação -, mais do que uma expressão da realidade em movimento, evidenciamos que as respostas de alunos e assistentes sociais revelam uma preocupante semelhança e sintonia, independentemente do tempo em que o dado foi colhido e de se tratar de um estudante de graduação, pós-graduação ou de um assistente social.

Considerações Finais

A crise estrutural vivida pelo sistema do capital, desde finais do século XX,

exigindo a manutenção do Estado capitalista como instrumento de fomento da acumulação e controle da sociedade pelo capital, tem resultado em uma época de conflitos geopolíticos, guerras instrumentalizadas pelo imperialismo estadunidense - civis e entre nações-, ditaduras, golpes de Estado de toda ordem, corrupção e controle de corações e mentes que têm resultado na destruição material e subjetiva dos indivíduos sociais e destruição da natureza. No capitalismo,

na perspectiva do projeto profissional, um momento crucial de disputa das consciências está na graduação. Se essa chance é perdida na formação graduada, o que atualmente se tornou mais grave diante da proliferação do ensino à distância no Serviço Social e da qualidade da formação na maioria dos cursos presenciais, essa possibilidade fica hipotecada à formação permanente, o que vai demandar um autoinvestimento intenso e contínuo por parte dos sujeitos profissionais. (VASCONCELOS, p. 276)

Esse é um processo exigente e difícil, mas não impossível, e está sendo enfrentado por nossos organismos de representação (Conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS) e diferentes sujeitos profissionais, através da disponibilização de cursos de curta, média e longa duração e eventos na internet, por onde podemos nos iluminar na perspectiva do projeto profissional.

Historicamente, como profissão da era do capital e fruto dos interesses da classe dominante, somos requisitados a fazer parte de um processo que objetiva manter trabalhadores e trabalhadoras adaptados, conformados, submissos e, atualmente, em tempos de desemprego estrutural e massas inteiras supérfluas para o capital, mantê-los distraídos, longe dos verdadeiros problemas do país, cativando-os com temas sem importância real e/ou redirecionando os problemas para serem apreendidos e enfrentados como problemas pessoais, individuais, psicológicos, o que não pode ser banalizado, visto que são segmentos expressivos da classe trabalhadora em busca de sobrevivência. Menosprezar nossa contribuição nesse processo dificulta identificar, desde a graduação, o porquê e a relevância do projeto ético político do Serviço Social brasileiro; identificar o porquê e como ele bate de frente com a sociedade capitalista, mas, antes de tudo, dificulta, quando não impede, de apreender as alternativas presentes na realidade que podem favorecer os trabalhadores, ainda que no contexto de danosas condições de trabalho. Este complexo e contínuo processo crítico articula questionamento daquilo que o capitalismo fez e faz de nós e a apropriação de referências éticas e teóricas crítico-

emancipatórias, como consta das Diretrizes da ABEPSS.

No processo de definição de que Serviço Social queremos operar, se optamos pelo caminho de atuar radicalmente articulados aos interesses de trabalhadoras e trabalhadores, o que significa, assumir o projeto do Serviço Social como anticapitalista na busca pela emancipação humana, a referência a Marx-marxismo não é uma escolha ao acaso, mas uma necessidade. A teoria social de Marx é a única que tanto está interessada quanto permite, a partir do método crítico-dialético – ou seja, o método da teoria social -, apreender o movimento e a lógica da sociedade capitalista.

O projeto profissional, deixando claros seus princípios e pressupostos, centrados no complexo de categorias marxianas que permitem refletir na consciência a essência do mundo em que vivemos, arma ética e teoricamente os assistentes sociais para projetar suas ações e **optar conscientemente** entre as diversas possibilidades e alternativas de respostas presentes no complexo e contraditório cotidiano profissional que põe em conflito irreconciliável as demandas dos trabalhadores/usuários e as requisições institucionais, desafiando permanentemente os profissionais, na medida em que a graduação não dá conta da formação por completo. Por isso, a essencialidade de um processo de autoformação permanente.

Afinal de contas, não basta saber que Serviço Social que queremos é favorecer os trabalhadores. Essa escolha exige uma prática submetida, permanentemente, à análise teórico-crítica e à avaliação, no processo dialético de negar o que não favorece, conservar o que favorece, tendo em vista definir com cada vez mais clareza os caminhos referenciados pelos objetivos definidos e fundamentados nos princípios, valores e finalidades definidos no projeto profissional, sempre considerando condições de trabalho extremamente adversas, como é próprio do sistema do capital.

Bibliografia

ABEPSS. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIA. 1997. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Consulta em: julho de 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Consulta em: agosto de 2022.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: junho de 2022.

LEHER, Roberto. “‘Future-se’ indica a refuncionalização das universidades e institutos federais”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2 ago. 2019.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI. Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado.* São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

VASCONCELOS, Ana Maria. Prática reflexiva e Serviço Social. *Em Pauta*, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 1997.

_____. *O assistente social na luta de classes. Projeto profissional e mediações teórico-práticas.* São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Os assistentes sociais na luta de classes. Projeto e prática profissional.* FSS/UERJ. Material Didático, 2017

VASCONCELOS, A.M., BALTAR, F.J. Serviço Social, projeto ético político profissional, produção de conhecimento. In: BRAVO, M.I. & MATOS, M.C. & FREIRE, S.M. (Orgs). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo.* 1a Edição Eletrônica. Navegando: Uberlândia/MG, 2020, pp.181-208. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>